

CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES DE ITAITUBA – LTDA
FACULDADE DE ITAITUBA - FAI
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA

EMANUELLE LIMENZA BARROS

RELATÓRIO DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO I
ENSINO FUNDAMENTAL: ESCOLA ENGENHEIRO FERNANDO GUILHON

ITAITUBA-PA
2017

CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES DE ITAITUBA – LTDA

FACULDADE DE ITAITUBA - FAI
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA

EMANUELLE LIMENZA BARROS

RELATÓRIO DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO I
ENSINO FUNDAMENTAL: ESCOLA ENGENHEIRO FERNANDO GUILHON

Relatório de Estágio Supervisionado I (no Ensino Fundamental), exigido como avaliação da referida disciplina do Curso de Licenciatura Plena em História no VII período, da Faculdade de Itaituba – FAI, sob a Orientação do Professor Especialista Huyrismar Almeida Barros.

ITAITUBA-PA

2017

CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES DE ITAITUBA – LTDA

FACULDADE DE ITAITUBA - FAI

CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA

RELATÓRIO DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO I

ENSINO FUNDAMENTAL: ESCOLA ENGENHEIRO FERNANDO GUILHON

EMANUELLE LIMENZA BARROS

Avaliado por:

Prof. Esp.: Huyrismar Almeida Barros

Orientador e Supervisor do Estágio

Prof.^a Esp.: Zilda Meira Almeida

Coordenadora do curso de História

Nota ou conceito: (____)_____

Barros, Emanuelle Limenza.

Relatório de Estágio Supervisionado I – Ensino Fundamental: Escola Engenheiro

Fernando Guilhon – Itaituba-PA./ Emanuelle Limenza Barros: CLPL da FAI, 2017.

Relatório de Estágio Supervisionado – Faculdade de Itaituba – FAI, Curso de Licenciatura
Plena em História, Itaituba, BR – PA, 2017.

Orientador: Prof^o Esp. Huyrismar Almeida Barros.

1. Relatos de Prática Docente de Estágio Supervisionado II.

Barros, Emanuelle Limenza.

Relatos de Práticas Docente ESTÁGIO SUPERVISIONADO I. Itaituba – PA/ Emanuelle Limenza Barros: CLPL da FAI, 2017.

Relatório de Estágio Supervisionado – Faculdade de Itaituba – FAI, Curso de Licenciatura Plena em Letras, Itaituba, BR – PA, 2015.

Orientadora: Prof. Esp. Huyrismar Almeida Barros.

1. Relatos de Prática Docente de Estagio Supervisionado II.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a minha mãe Djalmira de Sá Almeida pelo exemplo de vida dado e por toda ajuda no caminho trilhado.

A professora Mara Nascimento, minha Orientadora e amiga, pelas madrugadas de correção e os papos sobre não desistir das “atividadezinhas”.

Ao meu marido Renan Souza e minha filha Sarah Leticia, por entenderem e perdoarem minha falta de tempo, nervosismo, preocupação e falta de atenção.

A minha cunhada e amiga Elines Santos pela ajuda e paciência com a formatação.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.. 7

2 REFERÊNCIAL TEÓRICO.. 8

2.1 O ESTÁGIO SUPERVISIONADO, ORIENTAÇÕES INICIAIS PARA O ESTAGIÁRIO.. 10

2.2 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL. 11

2.3 RESUMO DOS PCN'S DE HISTÓRIA DO ENSINO FUNDAMENTAL. 12

3 O ESTÁGIO SUPERVISIONADO NO ENSINO FUNDAMENTAL.. 17

3.1 MEMORIAL ACADÊMICO.. 17

3.2 HISTÓRICO E CARACTERIZAÇÃO DA ESCOLA.. 19

3.3 REFLEXÃO DO LIVRO DIDÁTICO DE HISTÓRIA.. 20

3.4 RELATO DE EXPERIÊNCIA DA DOCÊNCIA DE HISTÓRIA.. 22

3.5 ESTÁGIO: OBSERVAÇÃO, CORREGÊNCIA E REGÊNCIA. 24

3.6 PROJETO DE AÇÃO.. 28

4 RESULTADOS E ANÁLISES.. 29

5 CONCLUSÃO.. 30

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.. 31

ANEXOS.. 32

ANEXO 1: OFÍCIO DE APRESENTAÇÃO

ANEXO 2: CARTA DE ACEITE

ANEXO 3: TERMO DE COMPROMISSO

ANEXO 4: FICHA DE REGISTRO DE FREQUÊNCIA NO ESTÁGIO

ANEXO 5: DECLARAÇÃO DE CONCLUSÃO DE ESTÁGIO

ANEXO 6: PLANO DE REGÊNCIA

ANEXO 7: PROJETO DE AÇÃO

ANEXO 8: FOTOS DO ESTÁGIO

1 INTRODUÇÃO

Este relatório tem finalidade de apresentar as atividades desenvolvidas durante o Estágio Supervisionado I, no VII período do curso de História, da Faculdade de Itaituba-FAI, visando apontar a importância do Estágio Supervisionado para um acadêmico de licenciatura, possibilitando visão geral do curso, bem como, trazendo à tona a prática de toda teoria desenvolvida durante a faculdade, assimilando as metodologias aprendidas, utilizando de procedimentos baseados na real experiência.

Neste trabalho são expostas as leis que regem o Estágio Supervisionado, seu histórico e sua importância, os procedimentos para sua realização e os relatos e experiências da acadêmica dentro deste projeto.

Neste relato estará caracterizada como campo de estágio a Escola Municipal de Ensino Fundamental Engenheiro Fernando Guilhon, relatando toda sua estrutura organizacional e física, seguida de um pequeno histórico da escola, com toda sua evolução em pró à comunidade de Itaituba.

Logo em seguida, conterá os relatos da acadêmica com a pesquisa, seus primeiros momentos, deste o processo de observação, atravessando a corregência e despontando na prática da regência, mencionando os métodos utilizados tanto pelos professores observados, quanto pela acadêmica em si.

Concluindo o trabalho apresenta-se a análise dos resultados, expondo as dificuldades do professor dentro de sala de aula atualmente.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Os programas curriculares de ensino de História elaborados no Brasil a partir da década de 1970 voltaram-se para a formação de cidadãos críticos, capazes de compreender, interagir e intervir na realidade social. A inovação pautou-se na insistência dos especialistas sobre a importância da produção do conhecimento histórico na escola e da

orientação para a compreensão da cidadania no mundo contemporâneo. Nas décadas seguintes, os professores conscientizam acerca do repertório de um saber docente que lhes pertence por ofício. A experiência docente é percebida como elemento de formação capaz de valorizar a função dos saberes empíricos dentre outros saberes.

Assim, as propostas de estágio dos cursos de Licenciatura Plena em História deveriam priorizar a formação docente por meio da concepção de história do professor, da compreensão de ensino e aprendizagem, da escola, da disciplina de História e a interdisciplinaridade e do contexto sócio cultural dos alunos.

Nesse sentido, a prática docente se processa a partir de questões diversas e perguntas constantes, assim como questionou Fonseca (1997):

Quem é este indivíduo que estamos buscando conhecer?

Por que e como recuperar suas vivências e recordações?

O que faz o professor na sala de aula e na vida?

Para quem trabalha?

O que produz?

O que é esta profissão?

Como compreender a construção da vida e da experiência dos sujeitos que lidam com o ensino na educação brasileira?

Nessa perspectiva o professor ganha voz, valoriza-se seu mundo, sua vivência, a força do ambiente sociocultural em que se encontra, as suas representações e práticas. Na concepção de Nóvoa (2003), a produção de práticas educativas só surge a partir de uma reflexão da experiência partilhada entre os pares. A escola é vista como local privilegiado, onde acontece o processo de formação e autoafirmação do aluno. Com isso, algumas suposições apontam para a reflexão sobre a prática docente no Brasil e, especificamente, a formação docente na área de História. É oportuno aprender a distinção dos objetivos da História ensinada no ensino Fundamental, daqueles pretendidos no Ensino Superior. Este último visa formar profissionais, no caso historiadores ou professores de História, para atuarem nos demais níveis do ensino.

O ensino de História deve contribuir para a formação de um indivíduo que enfrenta um cotidiano contraditório, de violência, desemprego, greves, entre outras situações. Este indivíduo deve ter condições de refletir sobre os acontecimentos, localizá-los no tempo histórico, estabelecer relações entre os diversos fatos políticos, econômico, cultural e religioso. Assim, o ensino de História deverá propiciar ao indivíduo o desenvolver-se como cidadão capaz de intervir na realidade.

Na escola, a disciplina de História apresenta alguns desafios que implicam rever e aprofundar o conceito de conhecimento histórico escolar. Este não pode ser entendido como mera e simples transposição de um conhecimento, como alegou Paulo Freire, que ao transformar os alunos em objetos receptores é uma tentativa de controlar o pensamento e a ação, leva homens e mulheres a ajustarem-se ao mundo e inibe o seu poder criativo (FREIRE, 1970). Assim, representações sociais de professores e alunos devem ser definidas de forma dinâmica e contínua na sala de aula. Desse modo, o estudo de História apresenta-se como um campo aberto, uma vez que agrega novos conhecimentos e leituras que permitem confrontar diferentes posições na sua organização teórica, procedimentos metodológicos e propostas operativas.

Entende-se que uma proposta para o Estágio de Licenciatura em História deve considerar o professor como educador que domina um conjunto de saberes e aprendizagens. Na proposta atual, supera-se a ideia de que para ser um bom professor seria necessário apenas saber História. Busca-se extrapolar a forma, uma vez que não é possível conceber

uma metodologia de ensino deslocada da produção do conhecimento. Deseja-se, assim, a compreensão da totalidade do ato de conhecer.

É preciso saber ensinar e construir condições concretas para o seu exercício. Acredita-se que a formação do professor ocorre num processo contínuo por meio da prática docente, pela troca de experiências que ultrapassem os limites e possibilidades dos cursos de graduação (FONSECA, 1997).

Nessa conjectura os estagiários apreendem a complexidade da prática docente ao desempenhar o papel de mediadores entre o sujeito (aluno) e o objeto (conteúdo escolar), as diferenças de aprendizagem e linguagem entre os alunos, as deficiências nos cursos de formação e na escola, bem como a enorme distância existente entre o ensino acadêmico e a realidade da sala de aula no ensino Fundamental.

2.1 O ESTÁGIO SUPERVISIONADO, ORIENTAÇÕES INICIAIS PARA O ESTAGIÁRIO

O Estágio consiste em uma disciplina regular obrigatória, prevista na estrutura dos cursos de licenciatura, nesse resumo focarei no contexto específico do curso de Licenciatura Plena em História.

Sob a orientação de um coordenador acadêmico, um Professor Supervisor e de um Orientador no campo de estágio escolhido, o acadêmico deve executar com especificações orientadas em organizações, instituições ou escolas devidamente credenciadas, conforme previsto na lei 6494/77 CFE decreto nº 87497/82, com o objetivo de promover esse acadêmico ao grau de licenciado.

Os objetivos desse projeto, visa proporcionar ao acadêmico as condições de aplicar o conhecimento adquirido durante o curso de História na faculdade de forma concisa e prática, adquirindo experiência necessária nas situações do cotidiano das instituições, além de oportunizar experiências profissionais ao estudante, compatibilizar teoria e prática e relacionar o conteúdo do curso à experiência.

Conforme informações obtidas no manual do Estágio Supervisionado (FAI, 2006/2007), em junho de 1972, ocorreu o Encontro Nacional de Professores de Didática, na Universidade de Brasília, com o intuito de melhorar a legislação educacional, tornando-se obrigatório o estágio de estudantes, acreditando ser de grande importância para iniciar os educandos no mercado de trabalho, com um contato prévio destes na profissão desejada. Já em dezembro de 1996, realizou-se em Natal o Encontro Nacional do Estágio Supervisionado de Administração (ENASCAD), cuja proposta final foi que os trabalhos de estágios deverão ser desenvolvidos em função das exigências das organizações onde são direcionados.

Esses trabalhos e a orientação do estágio deverá ter um acompanhamento e avaliação sistemática da instituição. O estágio deverá ser interpretado como ponto convergente do curso, carecerá também de um banco de dados no qual estejam inseridos conhecimentos por parte do aluno. Necessitará ser um elo facilitador no ajustamento natural do aluno no campo de trabalho. As horas dedicadas ao estágio deverão ser distribuídas em atividades teóricas e de campo. As instituições deverão gerar um sistema de controle para acompanhar os acadêmicos. O produto final do estágio será em forma de relatório, conforme a metodologia da instituição de ensino e nas normas da ABNT, sendo esse utilizado para conclusão da matéria pertinente e a instituição deverá respaldar os estagiários com um instrumento legal concedida pela mesma.

No Artigo 1º, parágrafo 2º da Lei nº 6.494 sancionada em 7 de dezembro de 1977 determina que os estágios devem propiciar a complementação do ensino, integrando um treinamento prático aos estudantes de faculdades. Na sequência, o decreto nº 87.497 no artigo 2º, de 18 de agosto de 1982, baseado na Lei nº 6.494, considera estágio curricular, uma aprendizagem prática, social, profissional e cultural, proporcionada e coordenada a estudantes pelas instituições de ensino. O artigo 3º desta mesma cita que este

procedimento é uma atividade de competência da instituição que decide sobre a matéria, participando pessoas jurídicas de direito público e privado, que oferecerão a oportunidade de campos de estágio, colaborando no processo educativo. (FAI, 2006/2007).

Em 1998, com a Nova LDB, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e com o Boletim IOB, Informações Objetivas – 40/93, pode-se realizar o estágio em duas situações: remunerado (o estudante podendo o realizar nas dependências da instituição que já trabalha, mediante comunicação prévia para formalizar o estágio junto ao ministério do trabalho), ou não remunerado (quando o estagiário apenas utiliza uma instituição como campo de aprendizado profissional, tendo este também documentações com os termos de responsabilidade e desvinculação trabalhista).

Portanto, a finalidade do estágio é proporcionar a complementação do ensino na forma prática, proporcionando a este treinamento experimentado e aperfeiçoamento metodológico dentro das condições e dificuldades diárias no campo de trabalho pretendidos pelo estudante.

2.2 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

O Estágio Supervisionado tem a carga horária total de 216 horas, sendo essas distribuídas em 72 horas produzindo em sala de aula, 44 horas de abatimento com certificados, 20 horas de elaboração de relatórios, 20 horas de Observação, 20 horas de corregência, 20 horas de regência e 20 horas de projeto.

A parte prática é difundida em três fases específicas. A primeira fase consiste na observação do acadêmico em tudo sobre a instituição, estrutura, forma de documentos utilizados, planejamentos, administração da escola, os planos pedagógicos e principalmente, a observação do professor regente dentro de sala de aula com os alunos daquele estabelecimento, inserindo-se apenas como observador de problemas, soluções e metodologias, buscados pelos funcionários no dia a dia escolar.

A segunda fase está na corregência que busca aliar o estagiário ao professor regente, auxiliando-o em todas as atividades dentro de sala de aula. A corregência busca introduzir o estagiário dentro do processo de regência aos poucos, trazendo a ele a experiência prática com diários de classe e documentos obrigatórios aos professores.

A terceira e última fase do estágio está na regência, a prática verdadeira de tudo que observou e que auxiliou. É o momento em que o estagiário encontrará para poder ministrar as aulas, utilizando as metodologias aprendidas ou iniciando novos métodos. Nesse estágio o acadêmico terá a responsabilidade das aulas ministradas, sendo o objetivo dessa fase inserir completamente o aluno dentro do âmbito escolar como influenciador de opiniões.

Cada uma dessas fases são um complemento uma da outra, trazendo a prática ao acadêmico dentro da diversidade, do confronto e das relações sociais obtidas somente em cunho experimentado dentro das instituições de ensino.

2.3 RESUMO DOS PCN'S DE HISTÓRIA DO ENSINO FUNDAMENTAL.

A Educação Básica visa garantir aos estudantes acesso a conhecimentos socialmente relevantes para a cognitividade e intelectualização, para o pleno exercício da cidadania e para o futuro profissional. Direciona-se à valorização da utilização crítica e criativa dos conhecimentos, de modo a não objetivar somente acúmulo de informações e conteúdo.

Para tanto foram criados os Parâmetros Curriculares Nacionais, no intuito de orientar a prática docente eficaz, que ao buscar e encontrar respostas a problemas e entraves identificados no processo ensino/aprendizagem, objetive-se e concretize-se na transformação que possa atender às demandas da sociedade brasileira atual. “Os parâmetros oferecem mais um instrumento de trabalho para o cotidiano da escola”. (BRASIL,1998).

Os PCN's são de abrangência nacional, o que possibilita ao aluno, de qualquer lugar do Brasil, o direito assegurado pelo Estado de acesso ao conhecimento elaborado para que dele possa dele nutrir-se e usufruir de frutos.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais reconhecem a realidade brasileira como diversa, e as problemáticas educacionais das escolas, das localidades e das regiões como múltiplas. ... no dia-a-dia das escolas e das salas de aula, a partir das contradições das áreas e recursos inerentes, da realidade local e educacional, que são construídos os currículos reais. (BRASIL,1998, s/p.).

Em sua estrutura organizacional os PCN's se iniciam com a exposição da concepção da área, para o ensino fundamental, em seguida, definem os objetivos gerais da área, expressando as competências e habilidades que os alunos devem desenvolver ao longo da escolaridade obrigatória Fundamental, explicitando a contribuição específica dos diferentes âmbitos do conhecimento.

Seus objetivos e conteúdos estão organizados em quatro ciclos (6º,7º,8º e 9º), “o que evita a excessiva fragmentação de objetivos e conteúdos e torna possível uma abordagem menos parcelada dos conhecimentos, permitindo as aproximações sucessivas necessárias para que os alunos se apropriem deles” (BRASIL,1998, s/p.).

Por meio dos PCN's, os professores devem guiar seus alunos para que estes possam compreender a cidadania como participação social, assim como exercício de direitos e deveres políticos e civis, adotando, no dia a dia, primando pelas atitudes de solidariedade, cooperação e repúdio às injustiças, respeitando o outro e exigindo para si o mesmo respeito. “Os educadores devem deixar claro a seus educandos que o diálogo é a melhor forma de mediar conflitos e auxiliar nas decisões coletivas” (BRASIL,1998, s/p.).

Os referidos parâmetros se apresentam como um currículo mínimo comum, ou seja, com um conjunto de conteúdos obrigatórios de ensino. As grades curriculares se referem ao programa de conteúdo de cada disciplina, de maneira flexível para promover discussões e reelaborações quando realizados em sala de aula, já que é o professor que as concretiza (BRASIL,1998).

Portanto, os PCN's orientam a docência das disciplinas da grade curricular do ensino do 6º ao 9º ano, de forma clara e objetiva, buscando a melhoria da qualidade do ensino nas escolas, respeitando as diversidades regionais, culturais e políticas, existentes no país e, dessa forma, professores podem guiar seus alunos para que estes compreendam a cidadania como participação social e política.

No ensino e aprendizagem de História, o PCN descreve como ocorre a concepção de ensino, onde os fatos históricos podem ser entendidos como ações humanas significativas, para análise de determinados momentos históricos, citando também, a importância de escolhas didáticas coerentes para facilitar a compreensão de tais fatos.

Por ser um documento de âmbito nacional, esta proposta contempla a pluralidade de posturas teórico-epistemológicas do campo do conhecimento histórico. Ao valorizar professor e aluno com suas respectivas inserções históricas, como sujeitos críticos da realidade social e como sujeitos ativos no processo de ensino e de aprendizagem, ela assume a objetividade metodológica de como ensinar História. (BRASIL,1998).

A proposta de História para o Ensino Fundamental apresenta reflexões amplas para estimular o debate da área. Objetiva levar os educadores a refletirem sobre a presença da História no currículo e a debaterem a contribuição do estudo da História na formação dos estudantes.

Ainda segundo o PCN, os personagens que desenvolvem ações individuais ou de grande reconhecimento podem ser considerados os sujeitos da história e acabam por tornarem-se significativos para estudos históricos. Esses sujeitos históricos podem ser trabalhadores, patrões, escravos, reis, entre outros. (BRASIL,1998).

O conceito de tempo histórico pode estar limitado ao estudo do tempo cronológico, que se refere ao presente, passado e futuro, mais diretamente à calendários e datas e pode ser apreendido a partir de vivências pessoais, pela intuição, como no caso do tempo biológico e do tempo psicológico interno dos indivíduos. (BRASIL,1998).

Objetivos de História (6º ao 9ºanos) –“O PCN de História estipula objetivos para que os alunos possam ser capacitados, ou seja, para que adquiriram as competências e habilidades à disciplina de História em seus conteúdos programáticos:

- Identificar o próprio grupo de convívio e as relações que estabelecem com outros tempos e espaços;
- Organizar alguns repertórios histórico-culturais que lhes permita localizar acontecimentos numa multiplicidade de tempo, de modo a formular explicações para algumas questões do presente e do passado;
- Conhecer e respeitar o modo de vida de diferentes grupos sociais, em diversos tempos e espaços, em suas manifestações culturais, econômicas, políticas e sociais, reconhecendo semelhanças e diferenças entre eles;
- Reconhecer mudanças e permanências nas vivências humanas, presentes na sua realidade e em outras comunidades, próximas ou distantes no tempo e no espaço;
- Questionar sua realidade, identificando alguns de seus problemas e refletindo sobre algumas de suas possíveis soluções, reconhecendo formas de atuação política institucionais e organizações coletivas da sociedade civil, as vistas de seu compromisso ético;
- Utilizar métodos de pesquisa e de produção de textos de conteúdo histórico, aprendendo a ler diferentes registros escritos, iconográficos, sonoro;
- Valorizar o patrimônio sociocultural e respeitar a diversidade, reconhecendo-a como um direito dos povos e indivíduos e como um elemento de fortalecimento da democracia. ” (BRASIL,1998).

Conteúdos de História - Para o PCN, os conteúdos são escolhidos a partir da ideia de que conhecer as muitas histórias, de outros tempos, relacionadas ao espaço em que vivem e de outros espaços, possibilita aos alunos compreenderem a si mesmos e a vida coletiva de que fazem parte.

Os conteúdos de maneira a favorecer o conhecimento de diversas sociedades historicamente constituídas, por meio de estudos que considerem múltiplas temporalidades, propiciando a compreensão de que as histórias individuais e coletivas se integram e fazem parte da História expressam três grandes áreas para contribuir para a formação intelectual e cultural dos estudantes; (BRASIL,1998).

A proposta dos PCN's de História sugere que o professor problematize o mundo social em que ele e o estudante estão imersos e construa relações entre as problemáticas identificadas e questões sociais, políticas, econômicas e culturais de outros tempos e de outros espaços.

O PCN considera que diante da diversidade de conteúdos possíveis, os professores devem fazer as escolhas daqueles que são mais significativos para serem trabalhados em determinados momentos ou determinados grupos de alunos no decorrer da escolaridade. Esses conteúdos devem ser adaptados e recriados pelas escolas e professores de acordo com a realidade local e regional.

Critérios de avaliação - observa-se que no processo de avaliativo o quanto é importante considerar o conhecimento prévio, as hipóteses e os domínios dos alunos, bem como, a relação com as mudanças que ocorrem no processo de ensino e aprendizagem. (BRASIL, 1998). Nesse sentido, quanto aos critérios de avaliação destaca-se:

1. Reconhecer algumas semelhanças e diferenças no modo de viver dos indivíduos e dos grupos sociais que pertencem ao seu próprio tempo e ao seu espaço.
2. Reconhecer a presença de alguns elementos do passado no presente, identificando a participação de diferentes sujeitos, obras e acontecimentos, de outros tempos, na dinâmica da vida atual.
3. Reconhecer algumas semelhanças e diferenças que a sua localidade estabelece com outras coletividades de outros tempos e outros espaços, nos seus aspectos sociais, econômicos, políticos, administrativos e culturais.
4. Reconhecer alguns laços de identidade ou diferenças entre os indivíduos e os grupos.

O professor deve identificar a apreensão de conhecimentos como conquistas dos estudantes, comparando o antes, o durante e o depois. Deste modo, a avaliação não mensura simplesmente conteúdo ou conceitos assimilados, mas sim, representa caráter diagnóstico, possibilitando, inclusive, ao educador, avaliar o seu próprio desempenho como docente, levando-o a refletir sobre as intervenções didáticas metodológicas, fazendo com que verifique possibilidades de como atuar no processo de aprendizagem dos alunos.

3 O ESTÁGIO SUPERVISIONADO NO ENSINO FUNDAMENTAL

O Estágio Supervisionado no Ensino Fundamental maior, abrange as séries de 6º ao 9º ano, tendo como principal objetivo colocar o acadêmico, futuro professor, dentro das dificuldades difundidas diariamente em sala de aula, fazendo com que este se encontre como principal formador de opiniões para crianças em estado de formação no período da adolescência, descobrindo o melhor método de ensino nessa etapa e, como tratar das relações professor x aluno da melhor forma possível.

Como cita Paulo freire, não existe um processo de educação neutra. A Educação ou funciona como um instrumento que é usado para facilitar a integração das gerações na lógica do atual sistema e trazer conformidade com ele, ou ela se torna a "prática da liberdade", o meio pelo qual homens e mulheres lidam de forma crítica com a realidade e descobrem como participar na transformação do seu mundo. (FREIRE, 1970). Dentro desse pressuposto, a História entra como uma formadora crítica de opinião, não podendo, nós professores, apenas utilizar da conformidade em nossas aulas sabendo que nossos alunos estão em fase de descobrimento crítico do mundo e de si próprio.

Selva Guimarães Fonseca cita em seu livro Didática e práticas do Ensino de História que essa relação ensino aprendizagem deve ser um convite e um "desafio para os alunos e professores cruzarem e mesmo subverterem as fronteiras impostas" entre as diferentes culturas, grupos sociais e entre a teoria e a prática observadas ao longo do estágio e da vida (FONSECA, 2003).

Com isso, percebemos a importância como acadêmicos de termos a chance de conhecer a prática juntamente com a fase teórica que estamos completando na faculdade e com essa junção, poder aprender novos métodos de ensino, unindo o universo, tempo e espaço ao seu descobridor, o aluno.

3.1 MEMORIAL ACADÊMICO

Meu nome é Emanuelle Limenza Barros, tenho 30 anos e moro atualmente em Itaituba/PA, por mais que esteja bem longe da minha cidade natal, o mundo é pequeno para os que não conseguem parar em um lugar só, pois, nasci em 18 de junho de 1986, em Londrina/PR.

Minha mãe, Djalmira de Sá Almeida, criou a mim e ao meu irmão sozinha, determinada e esforçada, sempre nos mostrou em forma de exemplo que caminho deveria ser seguido, por mais que eu tenha desviado algumas vezes, sempre foi e sempre será meu pilar de admiração.

Iniciei meus estudos em 1993 na Escola de Ensino Fundamental Mercedes Madureira, na cidade de Londrina, onde pude ter a honra de ter pela primeira vez minha mãe como professora. Em 1994, eu e meu irmão fomos transferidos para um dos melhores colégios particulares da cidade, o Colégio Londrinense, mas tudo com muita dificuldade da minha mãe, já que esta conseguiu meia bolsa para nós dois, por dar aulas no CESULON, uma faculdade que era do mesmo dono do colégio. Assim, eu e meu irmão pegávamos dois ônibus para chegarmos a escola e depois esperávamos minha mãe terminar as aulas da noite na faculdade onde ela lecionava para voltarmos juntos.

No 3º ano, em 1996, fui transferida para a Escola Corveta Camaquã, onde estudei 3 anos, voltando para o Londrinense em 1998 na 6ª série. Com a adolescência florescendo e falta de amadurecimento sobre coisas importantes, inclusive, sobre o estudo, minha mãe me transferiu para uma escola pública perto de casa, Escola de Ensino Fundamental João Rodrigues da Silva, onde fiz até metade da 8ª série, mas com uma viagem marcada para morar no Pará, onde minha mãe, juntamente com meus tios, tinha em mente montar a FAI, completei meu Ensino Fundamental na Escola de Educação Básica Chapeuzinho vermelho em Itaituba/PA.

Fiquei alguns anos na nova cidade, mas por motivos pessoais, voltei à Londrina onde iniciei meu Ensino Médio no Colégio de Aplicação de Londrina, sendo que, por causa de trabalho e do nascimento da minha primeira filha optei pelo EJA para terminar logo, mas nunca consegui pegar a segunda via do meu certificado, e por conta disso fui certificada pelo Ensino Médio através do ENEM, conseguindo finalmente concluir essa fase de estudos.

Nunca consegui ficar em um lugar por muito tempo, então morei em vários lugares, Belém, São Paulo, Londrina e Itaituba. Com a oportunidade de fazer uma faculdade em Itaituba retornei e iniciei vários cursos, com o objetivo de aprender algumas matérias específicas que eu tinha interesse. Ingressei em Administração por causa de Teoria Geral da Administração, depois em Enfermagem, com intuito de estudar Citologia, em Letras a pedidos da minha orientadora de TCC e amiga Mara Nascimento, mas de todos esses cursos o único que sempre tive a certeza que terminaria é o curso de História, simplesmente apaixonante e enriquecedor, por esse, até que enfim concluirei outro level da minha vida.

3.2 HISTÓRICO E CARACTERIZAÇÃO DA ESCOLA

A Escola Municipal de Ensino Fundamental Engenheiro Fernando Guilhon está situada à Avenida Governador Fernando Guilhon s/nº, no Bairro Bela Vista, CEP: 68180 -170, no município de Itaituba – Pará. Fundada no dia 04 de outubro de 1976, na gestão do Governador Fernando Guilhon e pelo prefeito da época, o então gestor do município senhor Altamiro Raimundo da Silva.

Desde sua fundação passou por várias reformas e ampliações para melhor atender às necessidades educativas da comunidade local, pois com o passar dos anos o número de alunos só aumentou e, diante das necessidades da instituição de ensino, no ano de 1996, ofertou à comunidade escolar o Ensino Médio, com dois cursos técnicos: Magistério e Técnico em Contabilidade.

A Escola Municipal de Ensino Fundamental Governador Fernando Guilhon também já ofereceu à comunidade escolar, no ano de 2010, dois programas do Governo Federal: “Se Liga Brasil e Acelera Brasil”, com o objetivo de trabalhar a problemática da distorção idade/série no Ensino Fundamental, no mesmo ano. Em seu primeiro semestre, a escola aderiu ao programa “ Mais Educação”, que funcionou desde então no contra turno entre manhã e tarde, com as seguintes oficinas: Oficinas de Letramento, Aulas de Dança, Teatro, Fanfarras, Laboratório de Informática e Laboratório de Ciências, com o objetivo de elevar o índice do IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica.

Em 2012, a direção da escola juntamente com o conselho Escolar inaugurou a Biblioteca Rosalina Menezes, com o objetivo de despertar no educando o hábito e o gosto pela leitura. Nesse mesmo ano, a escola inaugurou a Sala Multifuncional do AEE (Atendimento Educacional Especializado), para os alunos da educação Especial, sala totalmente equipada, informatizada e climatizada, dando condições para o ensino aprendizagem de qualidade e a inclusão. Também foi inaugurado o Laboratório de Ciências Maria Artêmia Silva Porto, pois por meio da pesquisa o aluno tem possibilidades de descobrir um mundo diferente, coisas novas, curiosidades, neste mesmo período a escola compôs A Banda Marcial que recebeu o nome de Edenildo Cardoso Azevedo em homenagem ao ex-secretário da instituição, já falecido em 2011, sendo que hoje essa banda é inexistente.

Ultimamente, a escola possui 16 salas de aulas, com um total de 1.072 alunos, distribuídos nos três turnos (matutino, vespertino e noturno), contendo na sua formação estrutural: (1) sala de aula multifuncional de apoio à Educação Especial equipada tecnologicamente: (1) sala de professores totalmente equipada, (1) dispensa, (1) auditório, (1) área coberta, (1) telecentro, (1) cozinha, (1) biblioteca, (1) secretária, (1) sala de coordenação pedagógica, (4) banheiros e (1) quadra poliesportiva coberta.

Oferece à comunidade escolar as modalidades de Ensino EJA – Educação de Jovens e Adultos, de 1ª a 4ª Etapa, Ensino Fundamental, do 1º ao 9º ano, Educação Especial e, ainda oferece o programa Mais Educação, funcionando no contra turno.

Atualmente, na administração do estabelecimento de ensino pesquisado, respondem por suas atividades, os seguintes gestores eleitos pela comunidade: professora Maria do Socorro Moraes (diretora), como vice; os diretores e os professores Raimundo Sérgio Castro e Antônia Neuzete Santos Aguiar, a secretária Silene do Socorro Araújo de Oliveira; as técnicas Antônia Marilene Ribeiro de Melo e Maria Lúcia dos Santos. Conta com um quadro atual de 87 (oitenta e sete) funcionários distribuídos entre os professores, a equipe pedagógica, a direção, a parte administrativa e de apoio.

A escola trabalha com o lema: “Educação se faz com respeito, compromisso e coletividade”, com isso procura aumentar o seu índice de desenvolvimento.

3.3 REFLEXÃO DO LIVRO DIDÁTICO DE HISTÓRIA

A Educação oferecida nas Escolas Estaduais para o Ensino Fundamental possui atualmente como principal material o Livro Didático, principalmente no que tange a

disciplina de História. Este, por sua vez, é distribuído gratuitamente aos alunos e docentes, onde é um instrumento essencial para o porte teórico das aulas ministradas. Ao se efetuar uma breve pesquisa sobre os instrumentos de trabalho que a grande parte dos docentes utilizam atualmente, estejam eles inseridos na Rede Pública ou Privada de Ensino Fundamental, o grande utensílio que é consenso de todas estas instituições, é o livro didático.

Este material modifica-se significativamente, como visualizamos contemporaneamente, seja pela maneira expositiva dos conteúdos ou de sua própria composição pelas editoras e seus autores, pois, necessitam atender a um público determinado pela demanda social e pela carga teórica que cada volume deve possuir. Levando-se em conta a temática do Ensino de História, analisarei neste trabalho uma discussão sobre o livro didático utilizado em Escolas Estaduais nas aulas de História das quatro últimas séries do Ensino Fundamental, ou seja, 6^a, 7^a, 8^a e 9^a séries.

Diante de uma retrospectiva histórica, nos voltemos agora para o que se constitui realmente o Livro Didático, sempre em conexão aos exemplares para as aulas de História, sem deixar de mencionar os professores e alunos que utilizam esses materiais. De acordo Gatti Junior (2004), os Livros Didáticos são “objetos da cultura escolar”, sendo ainda uma amostra das relações culturais vivenciadas nas escolas, que colaboram no cenário nacional e internacional da educação. De fato, o Livro Didático pode se apresentar também no sistema Educacional, principalmente o público e gratuito como uma forma de “garantia” educacional por todos aqueles que utilizam desse material.

Ao nos remetermos sobre o livro didático, principalmente, os exemplares da área de História, não podemos nos esquecer da permanência de relatos e conteúdos distantes da realidade dos alunos, por possuírem uma linguagem não acessível a quem se utiliza dos mesmos e a criação de uma identidade educacional alienante e incorreta sobre o que se estuda.

Vê-se também que, os textos presentes nos livros didáticos são frutos da leitura e compreensão de uma determinada unidade didática pelo autor, onde ele elimina grandes assuntos, pelo motivo de ser algo resumido e compacto para a utilização nas aulas. Infelizmente, expõe-se nesse momento um problema que interfere na qualidade das aulas que são dirigidas somente pelo exemplar didático, ou seja, o aluno é carente de conhecer outras vertentes sobre o assunto tratado em sala, por possuir um livro incompleto e o professor, “acomoda-se” com o tipo de material, por estar pronto e acessível a todos, não pensando na qualidade de suas aulas, e sim, na quantidade dos conteúdos transmitidos.

Se retrocedermos para as funções da escola, que não podem ser esquecidas, onde encontramos a transmissão de conteúdos clássicos e formação para a cidadania, as duas denominações perdem-se ao longo do sistema educacional, fator este ocasionado por uma decadência na cultura de docentes e discentes, além de um esvaziamento nos conteúdos por meio da formação e prática dos professores, finalizando esses procedimentos com os livros didáticos, que seria a salvação para professores que não apresentam uma apropriada formação, mas um material didático em mãos, e para os alunos, um meio de conhecimento, porém, que restringe uma capacidade de pesquisa pertencente a esse indivíduo e que não é desenvolvida.

Se nos voltarmos para a área da História contemplada nos livros didáticos, encontramos “análises” de fatos do passado, na tentativa de explicar ou entender algo, perdendo de certa forma o sentido que se tem na contemporaneidade, que é de estabelecer relações.

Como uma importante área do saber, espera-se que por meio do aporte oferecido pelo livro didático de história, as aulas de História sejam direcionadas para uma reflexão sobre os mecanismos dominantes que contribuem para o desenvolvimento dos relacionamentos sociais, assim como as ações de exclusão e dominação, que surgem em nossos conteúdos didáticos e estabelecem uma única vertente, sem a perspectiva de modificações ao longo de uma aprendizagem.

3.4 RELATO DE EXPERIÊNCIA DA DOCÊNCIA DE HISTÓRIA

Nos anos de 2013 e 2014, tive a oportunidade de lecionar História em escolas de Ensino fundamental da cidade de Itaituba, inclusive na Escola em que atualmente completei meu estágio Escola de Ensino Fundamental Engenheiro Fernando Guilhon e em uma escola da Aldeia Indígena Munduruku, conhecida como Missão São Francisco, ou comumente chamada de Missão Cururu, respectivamente.

No Fernando Guilhon, pude perceber os mesmos problemas que a educação nos mostra atualmente em qualquer escola, seja, no âmbito público ou privado. O desinteresse, o desfoco, a falta de respeito dos alunos, nessa fase, adolescentes, com os estudos e com os professores. Nos fazendo refletir sobre o que acontece: O que traz essa dificuldade? Será apenas o aluno o problema, com a educação vinda de casa não sendo o suficiente, para que este a comporte-se em âmbito escolar, Ou será que os métodos utilizados pelo professor possam ter uma parcela de culpa nisso, já que a maioria prefere focar no “pronto” e “fácil”, sem pensar no sentido real das disciplinas, ou será ainda que os podemos destacar os dois como problemática atualmente?

Na minha concepção o crescimento da informação de formas variadas e interessantes, destacadas pelo avanço da internet, dificulta o processo de ensino aprendizagem dentro de sala de aula, já que esta, é vista pelo aluno em fase de crescimento, como “maçante”, “chata” e decorativa.

Portanto, além de mudanças no setor familiar, nós, como professores, devemos entender esse outro aspecto de formação, podendo assim tirar proveito de metodologias diferenciadas para trazer o ensinamento, e assim o fiz, utilizando o RPG (Jogos de Interpretação de Personagens) dentro de sala, fazendo com que os alunos estudassem por conta própria, além da matéria exigida, pelo simples fato de que seu personagem aumentasse de nível.

Lecionei na mencionada escola por um ano, com 9 turmas de 6º a 8º ano e 3ª e 4ª etapas. Até hoje, quando encontro esses alunos na rua, eles me perguntam quando irei voltar. Me sinto lisonjeada, pois percebi, que se pudermos observar os alunos, como fonte inerentes de História e com problemas pessoais que afetam seu discernimento e prioridades, entre as coisas importantes para sua vida, podemos entrar nessa História pessoal, fazendo parte dela e trazendo eles a observar de outra maneira o estudo e a vida em si.

Na missão São Francisco trabalhei durante 6 meses, morando no local, por ser bem longe da sede de Jacareacanga. A maior dificuldade ao lecionar, por incrível que pareça, não foi à mesma citada anteriormente. Mesmo os estudantes tendo a mesma idade e complexidade de pensamento, são bem calados e respeitadores. No caso, o grande problema era a linguagem e a forma diferenciada das aulas, sempre incompatíveis com o trabalho na roça e a caça. Na aldeia poucas pessoas falam português, sendo estranho perceber que a maioria dos professores não indígenas contratados não sabem sequer falar pequenas frases na linguagem dos alunos, e poucos se interessam em aprender, o que dificulta muito nas aulas. Via alunos no 8º ano tendo passado com nota máxima em português não entender um bom dia na língua portuguesa.

Refletindo sobre isso, diferente das escolas da cidade, o problema nas aldeias são professores contratados, sem nenhuma experiência ou treinamento, tanto na linguagem da tribo, como em como se comportar perante uma sociedade diferenciada.

Observei muitos professores, obrigando alunos indígenas a se vestirem como na cidade, ou a tentarem entender um conteúdo passado em uma língua desconhecida a eles. O governo deveria obrigatoriamente promover cursos e influenciar o professor a entender a diferença cultural e a linguagem dos alunos, para que a aula pudesse fazer sentido para o mesmo.

Assim que cheguei optei por aprender a língua Munduruku, o que me ajudou nas explicações em sala de aula, na convivência social e ainda fiz amizade com todos da aldeia. Ouvi histórias e participei de cada momento importante dentro da aldeia, sendo reconhecida por eles, tendo amizade até os dias atuais com vários indígenas da aldeia que trabalhei e outras que visitei.

3.5 ESTÁGIO: OBSERVAÇÃO, CORREGÊNCIA E REGÊNCIA.

13/03/2017 - Segunda-Feira.

Às 8:00 horas do dia 13 de março do ano de 2017, consegui, junto a Sr.^a. Maria do Socorro de Moraes, diretora da Escola Engenheiro Fernando Guilhon, a autorização para a conclusão da matéria obrigatória Estágio Supervisionado I nesta instituição.

As primeiras horas do dia passei observando e perguntando sobre a estrutura física e administrativa da escola, salas de aula, laboratórios, tirando fotos e conhecendo os funcionários, dentre eles a professora Francineide Pereira de Sousa, responsável pela disciplina de História que me acompanharia no Estágio. O resultado desta pesquisa estará descrito no tópico 3.2 deste relatório.

No mesmo dia, no período vespertino, iniciei meu trabalho de observação em sala de aula, depois do ato devocional existente na escola em todo início de semana letivo, com o objetivo de promover diálogo e interação escola/alunos. Assisti às apresentações das turmas do 6º ano, com a mensagem sobre “O que é o amor”, seguido por um pai nosso para finalizar o ato.

Ao chegarmos à sala de aula da turma 6º ano B, houve uma reunião com os pais sobre o comportamento da turma: alunos “Matando Aula”, isso, logo ao chegar na escola e dentro dela. O triste é que, dos quase 30 alunos em sala, somente 3 responsáveis compareceram à reunião, que teria sido marcada na semana anterior, o que mostra o desinteresse da família, sobre a escola e as atitudes de seus filhos dentro dela.

Minha observação nesse dia terminou após essa reunião, exatamente as 15:00. Como resultado desta, os alunos foram mandados para casa e só entrariam nas aulas com o comparecimento dos pais.

14/03/2017 – Terça – Feira.

No segundo dia de observação, continuei essa referida fase na turma do 6º A, na qual a professora Francineide deu início à aula apresentando-me à turma e logo após introduzindo o tema história: Paleolítico e Neolítico, de forma discursiva e expositiva, utilizando como base o livro didático Piatã, do 6º ano, da Editora Positivo.

Percebi que, com essa professora, os alunos agiam de forma respeitosa e fazia o que ela sugeria, dando suas aulas de forma didática, mas firme. A professora conseguiu seu objetivo em sala. Logo após a explanação, pediu exercícios da página 40, para serem feitos em aula e entregue no dia.

A professora utiliza um método interessante como forma de saber quem os fez no tempo determinado, com carimbo em seu nome, nome da instituição e local para data. Ela carimba o exercício e assina como visto, assim em seu plano de aula, se tiver 5 exercícios como base da nota ela pega o caderno dos alunos e observa quantos desses carimbos os mesmos têm em seu caderno. Assim, ela consegue saber quem está fazendo atividades e, ainda esse método facilita na contagem da pontuação.

No mesmo dia, no período vespertino, continuei a atividade de observação durante 3 aulas na turma de 4º etapa D, com o tema: Sociedade Colonial Brasileira. A professora iniciou a aula pedindo os exercícios da aula passada para dar visto, logo após, complementou o tema de forma explicativa e de fácil entendimento. No mesmo dia, tivemos ainda mais 3

aulas com o intuito de observação na turma da 3º etapa C, com o conteúdo sobre o período Pré-Histórico, em que a professora utilizou o mesmo método de ensino.

15/03/2017 – Quarta – Feira.

Às 7:30 continuei a observação a turma da 4º etapa A, com o tema: Sociedade Colonial Brasileira. A professora utilizou o método de ensino explanativo e expositivo, com o propósito de rever os exercícios ao final da mesma. As apostilas usadas nas salas das etapas foram elaboradas pela própria professora e deveria ser comprada pelos alunos. Como a maioria destes não havia comprado, a professora necessitou copiar no quadro parte do tema para melhor entendimento.

No período vespertino, a observação foi feita na sala da 4º etapa C, onde o tema foi: Sociedade Colonial Brasileira. Percebi dessa turma um desinteresse grande em comparação as outras 4º etapas, já que eram os que estavam mais atrasados no conteúdo e iriam iniciar um conteúdo já em andamento em outras salas, isso por motivo de conversas paralelas.

20/03/2017 - Segunda – Feira.

Às 7:30 iniciei a conclusão da observação na turma da 4º B. Em 3 aulas a professora Francineide realizou a revisão para a prova bimestral, com os temas do Descobrimento do Brasil e Capitanias Hereditárias. Na mesma manhã comecei a corregência na turma do 8º ano, o qual, na primeira apresentação dos trabalhos propostos pela professora Francineide anteriormente, com temas variados sobre Descobrimientos do Brasil, Capitanias Hereditárias e Período Colonial. Os alunos apresentaram um jornal com debate, com direito à comercial nos “intervalos”.

De forma engraçada e sucinta, os alunos conseguiram atingir a meta com os trabalhos. Logo após, fiz a chamada e anotei os grupos que iam se apresentando com informações de satisfatório à regular. Na segunda aula, fizemos um breve resumo da revisão para a prova bimestral. No período vespertino, na turma do 6º ano B, ajudei à professora com a chamada e fizemos uma revisão dos conteúdos para a prova bimestral, com debate sobre os “primeiros homens” e suas evoluções.

21/03/2017 - Terça – Feira.

Continuando a corregência, na turma do 6º ano A, no período matutino, fizemos a revisão para prova bimestral e utilizamos o mesmo método de debate sobre o tema. Logo após, fizemos a chamada e ajudei a professora a dar visto nos cadernos dos alunos.

No período vespertino, na turma da 4º etapa D, houve apresentação dos trabalhos, em forma de seminário em que os alunos discursavam sobre o período Colonial Brasileiro, onde também ajudei a professora.

22/03/2017 – Quarta – Feira.

Começamos anotando os grupos e avaliando os alunos. Logo após, revisamos o conteúdo para a prova bimestral. As 3 últimas aulas do dia foram na turma da 3º etapa C, onde ocorreu uma revisão sobre os temas que cairiam na prova bimestral, “período Pré-Histórico”.

Logo após a chamada, vimos os vistos da professora no caderno para uso de contagem de notas. Continuei meu período de corregência, ajudando na revisão para a prova bimestral das turmas 4º etapa A e 3º etapas A. Logo após, ajudei a professora com os diários e correções de trabalhos escritos, que foram entregues pelos alunos.

27/03/2017 – Segunda – Feira.

Foi início da aplicação de semana das provas bimestrais. Ajudei a professora Francineide com a aplicação e correção das provas, tendo essas sido aplicadas nesse dia nas turmas de 4º etapa B, 8º ano, 6º ano B.

28/03/2017 – Terça – Feira.

Como corregente, atuei na aplicação e correção das provas bimestrais das turmas de 6º ano A e 4º etapa D. No mesmo dia completando minhas 20 horas, iniciei a regência com a aplicação e correção das provas na turma da 3º etapa C.

29/03/2017 – Quarta – Feira.

Aplicação e correção das provas e trabalhos das turmas 4º etapa A e 3º etapa A, cumprindo a regência.

03/03/2017 – Segunda – Feira.

Com continuidade da regência, elaborei planos de aulas para várias turmas, sendo no período matutino, uma aula ministrada sobre a Inconfidência Mineira e Conjuração Baiana, já entrando no segundo bimestre, na sala da 4º etapa B, e, no 6º ano B o tema abordado foram as primeiras civilizações.

Todas as aulas foram dadas forma dinâmica, tentando aproximar os alunos ao conteúdo, utilizando linguagem facilitada, analogia hoje x tempo proposto e utilizando as curiosidades daquele tempo para chamar a atenção dos alunos, bem como, utilização de tópicos de “lembança” no quadro e exposição de fotos com debate e bate papo sobre os fatores de mudanças sociais existentes nos períodos tratados.

04/04/2017 – Terça – Feira.

As aulas ministradas nesse dia foram com os alunos das turmas da 6º etapa A, sobre as primeiras civilizações. Utilizando o mesmo método do dia anterior, logo após, nos dirigimos à turma da 3º etapa B, com o tema Índigenas no Brasil, com explanação e debate sobre preconceito desde o descobrimento aos dias atuais. Logo após, a 3º etapa C, também teve a mesma aula. Já na 4º etapa D, com o assunto Inconfidência Mineira e Conjuração Baiana, mostrando suas causas e diferenças.

05/04/2017 – Quarta – Feira.

Nas turmas da 4º etapa A, com aula ministrada sobre os temas Inconfidência Mineira e a Conjuração Baiana e na turma da 3º etapa A, com o mesmo tema proposto às outras 3º etapas, os Índigenas no Brasil, preconceito e suas consequências, com aula explicativa e com debate sobre os “motivos” históricos dessas problemáticas, houve o término da regência e do estágio.

3.6 PROJETO DE AÇÃO

O projeto de ação ou também conhecido como plano de ação é uma ferramenta para acompanhamento de atividades. Amplamente utilizado no mundo inteiro, foi inventada para meios administrativos, mas como possibilidade para qualquer setor, o professor utiliza como meio de administrar o tempo e auxiliar na coordenação das equipes, por exemplo, pois explicita quem é responsável por cada atividade, as datas de entrega, anotações e comentários sobre o progresso.

Por fim, o plano de ação precisa servir de base para a administração do tempo, que é o recurso mais escasso e mais valioso de um executivo. Numa organização seja ela órgão de poder público, empresa ou entidade sem fins lucrativos, a perda de tempo é inerente. “Um plano de ação será inútil se não puder determinar de que forma o executivo usa o seu tempo” (DRUCKER, 2006: 63).

Com um Plano de Ação em mãos é possível apresentar fácil e rapidamente o andamento de atividades, as táticas utilizadas, quem executou e quando, enfim, todo o histórico das ações executadas ou previstas no âmbito aplicado.

No Plano de Ações devem estar consolidadas todas as informações sobre o objetivo a ser buscado, detalhando para isto todas as atividades necessárias para concretizá-lo, quanto os recursos físicos, monetários e humanos necessários. Essa ferramenta permite que todas as decisões sejam tomadas antes mesmo de serem colocadas em prática, garantindo uma maior taxa de acerto e possibilitando a correção prévia de eventuais problemas.

Dessa forma, é muito indicado para alcançar soluções a curto prazo, mas nada impede de ser utilizada também em outras circunstâncias. Para isso é necessário criar uma sistemática de acompanhamento das ações contidas no plano, tanto em fase de implementação, quanto as que já estão implementadas.

4 RESULTADOS E ANÁLISES

O Estágio Supervisionado vem com o objetivo de preparar o acadêmico para o início de sua carreira. Na fase curricular dos alunos de 6º ao 9º ano e 3ª e 4ª etapas, podemos observar, principalmente, a deficiência de foco dos alunos, e neste resultado apresentado não será diferente, pois alunos desrespeitam o professor, na maioria das vezes com conversas aleatórias durante as aulas. Pude perceber e analisar que, mesmo com a estrutura escolar satisfatória, o problema continua o mesmo, nessas etapas, e, a partir deste problema geram-se outros, tais como notas baixas e desfoco dos alunos pelas matérias lecionadas. O corpo administrativo da escola assume um tom punitivo para gerar ordem, e, com base no professor, este aplica um ensino com métodos ultrapassados, principalmente, atitude advinda da fadiga mental causada por essas situações.

Mas, mesmo com todos esses problemas, que existem fatidicamente no âmbito escolares público ao privado, a Escola Engenheiro Fernando Guilhon, tenta, com todas as forças modificar esses casos com novas fórmulas, tais como: o devocional toda segunda-feira, onde conversam com os alunos sobre temas diversos e interessantes para vida escolar ou social, o incentivo a trazer cada vez mais a família a fazer parte desse ciclo, valorizando ambas as partes dentro do objetivo, o fato de contar com profissionais exemplares dando o melhor de si no seu campo de trabalho, e, principalmente, a visão da nova gestão em modificar a imagem da escola perante a sociedade. Então, podemos dizer, que sim, a escola Fernando Guilhon definitivamente está procurando o melhor meio de buscar essa modificação, não só nos domínios da escola, mas na comunidade ao redor.

5 CONCLUSÃO

Com este trabalho conclui a importância do Estágio Supervisionado para o curso de Licenciatura Plena em História. Entendi que a observação, corregência e regência foi um momento privilegiado de exploração e conhecimento do nosso campo de estágio, uma maneira sutil de entrarmos nesse espaço tão rico e complexo que é a sala de aula, por vezes mais desafiador que o discurso vazio sobre educação pode prever.

Percebi que teoria e prática estão a léguas de distância uma da outra, e que mesmo assim, uma sem a outra não nos leva aos objetivos propostos. Por fim, há de se observar que a oportunidade de uma experiência prática em sala de aula nos leva refletir sobre a verdadeira realidade do sistema de educação nacional, o que contribui para repensarmos o mesmo, principalmente, calcando-nos nas teorias aprendidas durante toda a graduação, desta forma temos a oportunidade de nos confrontarmos com nossas fragilidades. Resta-me agora o desejo instigante de iniciar o projeto de docência e empreender a árdua jornada de mediar o processo de ensino-aprendizagem.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL, **Parâmetros curriculares Nacionais (PCN's). Introdução.** Ensino Fundamental. MEC. SEF. Brasília. 1998.

_____**Parâmetros curriculares nacionais: História** /Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC /SEF, 1998.

CARVALHO, Anna Maria Pessoa de. **Os Estágios nos cursos de Licenciatura – Coleção Ideias em Ação**, 2013.

DRUKER, Peter. **O homem que inventou a Administração.** Elsevier Campus Editora. Rio de Janeiro, 2006.

FAI, Faculdade de Itaituba. Diretoria Acadêmica – **Manual do Estágio Supervisionado.** – 2006/2007. Itaituba – Pará.

FREIRE, Paulo - **Pedagogia da esperança: um reencontro com a Pedagogia do oprimido.** Paz e Terra; 1997.

FONSECA, Selva Guimarães. **A formação do professor de História do Brasil.** São Paulo: FEUSP;1997.

_____**Ser professor no Brasil: história oral e de vida.** Campinas/São Paulo – Editora Papirus; 1997.

NÓVOA, Antônio. **Vida dos professores**. Porto: Editora do Porto, 1995.

_____ **Professor se forma na escola**. In: Revista Nova Escola, 2003.